

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1014190-77.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Paulo Cesa de Almeida**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

PAULO CESA DE ALMEIDA pediu a condenação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 21 de outubro de 2013.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo a falta de documento essencial, a ausência de nexo causal entre a lesão noticiada e o acidente de trânsito sofrido pelo autor e a inexistência de incapacidade funcional.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, que, no entanto, não aconteceu porque o autor, sem justificativa, deixou de comparecer nas duas oportunidades.

Julgou-se prejudicada a produção da prova pericial, haja vista a inércia do autor, facultando-se às partes a apresentação de alegações finais, sobrevindo manifestação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Sucede que o autor não compareceu aos dois exames designados e não apresentou prova convincente de padecer de incapacidade justificadora do pleito, insuficiente a singela declaração de fisioterapeuta, opondo-se à conclusão tirada na etapa administrativa, quando a ré avaliou a incapacidade.

Ademais, não podem ser consideradas como válidas as justificativas apresentadas pelo autor quanto ao não comparecimento nas duas perícias, pois ele próprio solicitou a designação do exame pericial na cidade de Ribeirão Preto/SP, não teria que suportar gastos com o transporte até aquela cidade e não juntou aos autos o suposto contrato de experiência que diz ter firmado.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Nem se diga que a indenização deva ser sempre integral, pois em verdade é paga em função do grau de incapacidade apurada.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de junho de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA